



O voto nas eleições

Para a nossa reflexão

(Ilustração: Jornal Estado de Minas)

06/11/2020

O sentido da democracia e a responsabilidade individual na definição do voto, na liberdade de se escolher candidatos, estão inscritos nas eleições. É, como se costuma dizer, uma “festa da democracia”, com resultados que repercutem na vida de todos. Uma “festa” que não pode ser celebrada de qualquer modo. É preciso discernir e escolher adequadamente os candidatos. O sistema democrático assegura a participação dos cidadãos na eleição de diferentes opções políticas e garante aos governados a possibilidade de controlar seus governantes. Mas, dentro dessas possibilidades da democracia, merece especial atenção o alcance e o peso do voto nas eleições.

A “festa da democracia” nas eleições é frequentemente precedida por iniciativas de conscientização a respeito do exercício da liberdade e do dever de votar. Um processo educativo que busca amadurecer entendimentos relacionados à organização e ao sentido das instituições democráticas. Nem sempre se tem a clareza requerida a respeito de processos, tarefas e responsabilidades no contexto de democracias. Trata-se de algo tão complexo que, a cada eleição, se faz necessária a retomada de princípios e entendimentos indispensáveis ao exercício da cidadania. Partilham-se critérios que contribuem para escolhas mais assertivas na hora do voto. Entre esses princípios está a compreensão de que uma autêntica democracia só é possível em um Estado de direito e a partir de adequada concepção sobre o ser humano.

Aqui se põe um enorme desafio: balizar a participação cidadã em indispensável humanismo, novo e integral. As muitas mudanças em curso no planeta, que incidem de modo semelhante a um terremoto sobre todos, aumentam a responsabilidade de eleitores na escolha de seus candidatos. Há urgência na superação de graves problemas, a exemplo da acentuada desigualdade social, em tantos lugares, mas que particularmente desfigura a sociedade brasileira. Isso exige o investimento na formação cidadã, caminho trilhado por instituições educativas, religiosas e culturais, para que todos alcancem adequada compreensão sobre o significado das eleições. Esse percurso formativo contribui para cultivar verdadeiros ideais que inspiram a consolidação de estruturas relacionadas à participação democrática e à corresponsabilidade de todos na busca pelo bem comum.

Não se pode dar por descontado o investimento permanente no processo de educação e formação política. Muitos podem considerar que conteúdos partilhados nesse processo são marcados por generalidades. Podem acreditar ainda que esses caminhos

formativos são “assépticos”, isto é, sem força para inspirar esperadas mudanças na condução política. Mas investir na formação dos cidadãos, especialmente no período eleitoral, é imprescindível no combate à ignorância que compromete a participação política. Há, por exemplo, pouca participação e contribuições da sociedade civil em conselhos e instâncias estratégicas da vida democrática. Falta também acompanhamento cidadão organizado de atividades do poder legislativo. A formação política é alavanca para compreender e impulsionar a participação cidadã na vida social. E essa participação tem propriedades para sanar, processualmente, o descrédito que sofre a política, particularmente os políticos. Com um sistema democrático que envolva cada vez mais cidadãos nos processos de discernimento e escolha, cresce a sensibilidade social, principalmente dos que sofrem na própria pele os efeitos danosos de gestões pouco lúcidas.

Ora, governar é também escolher. E toda escolha é fruto de discernimentos, que exigem valores, princípios, sensibilidade social, alicerçados em qualificado humanismo. Ao definir candidatos, é importante observar competências relacionadas à capacidade de inspirar mudanças sociais, com avanços civilizatórios na defesa do meio ambiente, na promoção da saúde, da educação e da inclusão. Eis, pois, a importância determinante de se avaliar a lista dos nomes que se candidatam a prefeito ou a vereador. A “festa da democracia” permite, bem ou mal, fazer essa avaliação. Não se pode correr o risco de escolher candidatos a partir de critérios subjetivos, por amizade ou pela defesa de interesses particulares, cartoriais.

Submeter a vida pregressa de cada candidato, a sua competência técnica e humanística, à lupa dos muitos critérios oferecidos pelos processos de formação cidadã é imprescindível. Trata-se de atitude fundamental para que a “festa da democracia” não se torne um pesadelo nos municípios brasileiros, atrasando as urgências de um desenvolvimento integral.



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte
Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Contribuição de Ir. Rosinha, RSCM